

Matheus Albergaria de Magalhães

É economista e professor da Fucape Business School

E-mail: matheus.albergaria.magalhaes@gmail.com

OPINIÃO 19

QUINTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2013 A GAZETA

/// No Espírito Santo, persistem consideráveis diferenças em termos de crescimento ao longo do tempo

Fatos “inatingíveis” do crescimento econômico

Alguns resultados são tão recorrentes em economia que ganharam o status de regularidade empírica ou, tecnicamente falando, fato estilizado. Por exemplo, é consenso entre economistas que ocorrem significativas diferenças em termos de taxas de crescimento entre distintos países. Ou seja, apesar de parte dos países crescerem ao longo do tempo, diferenças ainda persistem, com esta regularidade correspondendo a um fato estilizado.

Na década de 1960, o economista Nicholas Kaldor enumerou alguns dos principais fatos estilizados do crescimento econômico. Esta lista de regularidades foi fundamental para a análise de processos de crescimento econômico de municípios, estados e países, ao mesmo tempo em que serviu para guiar boa parte do trabalho teórico e empírico em economia nos últimos 50 anos. Por conta de sua importância, este conjunto de regularidades

ficou conhecido como “fatos de Kaldor”.

Se revisitarmos estes fatos hoje, poderemos constatar a considerável evolução ocorrida em termos da compreensão dos economistas acerca dos processos de crescimento e desenvolvimento de uma localidade. Assim, as principais regularidades empíricas da atualidade levam em conta fatores como ideias, instituições, capital humano e inovação. A inclusão destas variáveis reforça a nova visão dos economistas acerca dos aspectos fundamentais ao desempenho econômico de longo prazo.

O que estes fatos nos dizem a respeito da realidade socioeconômica do Espírito Santo? Duas coisas, pelo menos. Primeiro, se olharmos para os municípios, notaremos que ainda persistem consideráveis dife-

renças em termos de crescimento ao longo do tempo. Apesar de estas diferenças serem resultados decorrentes de processos históricos e institucionais específicos a cada município, sabemos que a redução das desigualdades intraestaduais deve ser vista como um resultado socialmente desejável.

Segundo, os novos fatos do crescimento chamam atenção para a necessidade de economistas interessados em analisar as realidades municipal e estadual passarem a incorporar cada vez mais aspectos fundamentais a um processo de desenvolvimento sustentável, como educação, saúde, criminalidade, meio ambiente e instituições. Ou seja, fatores “intangíveis” ganham crescente importância no momento, por conta de seus potenciais efeitos socioeconômicos no médio e longo prazos.